



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

10/12/2010

INDICE

| | |
|--------------------------------------|---------|
| 1. JORNAL A TARDE | |
| 1.1. DESEMBARGADORES..... | 1 |
| 1.2. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS..... | 2 |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 2.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA..... | 3 - 4 |
| 2.2. FORAGIDOS..... | 5 |
| 2.3. PRISÃO..... | 6 - 8 |
| 3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS | |
| 3.1. COMARCAS..... | 9 |
| 3.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA..... | 10 |
| 3.3. FORAGIDOS..... | 11 |
| 3.4. JUIZADOS ESPECIAIS..... | 12 |
| 3.5. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS..... | 13 - 15 |
| 4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 4.1. COMARCAS..... | 16 - 18 |
| 4.2. INSTITUCIONAL..... | 19 - 20 |
| 4.3. JULGAMENTOS..... | 21 |
| 4.4. SERVIDORES..... | 22 |
| 4.5. TRIBUNAL DO JÚRI..... | 23 - 24 |
| 4.6. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS..... | 25 - 28 |
| 5. JORNAL EXTRA | |
| 5.1. INSTITUCIONAL..... | 29 |
| 5.2. SERVIDORES..... | 30 |
| 6. JORNAL PEQUENO | |
| 6.1. COMARCAS..... | 31 - 32 |
| 6.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA..... | 33 - 34 |
| 6.3. DESEMBARGADORES..... | 35 |
| 6.4. INSTITUCIONAL..... | 36 - 37 |
| 6.5. JUIZADOS ESPECIAIS..... | 38 |
| 6.6. TRIBUNAL DO JÚRI..... | 39 - 40 |
| 6.7. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS..... | 41 - 42 |
| 7. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE | |
| 7.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA..... | 43 |
| 7.2. INSTITUCIONAL..... | 44 |
| 7.3. PRISÃO..... | 45 |

55º ENCOGE

A palestra Justiça em Números, do conselheiro Milton Nobre, e a explanação da desembargadora Maria Rita Lima Xavier do Pará sobre a adoção internacional foram alguns dos aspectos destacados pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Kleber Costa, no tocante à realização do 55º Encontro do Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal - ENCOGE.

Segundo o magistrado, Milton Nobre fez referências à grande demanda de processos em tramitação na Justiça em todo o país, e a celeridade demandada por essa demanda crescente, o que levou o Conselho Nacional de Justiça

a programar ações como as chamadas Metas 2, Meta 3 e outras, de modo a sanar processos com até 30, 40 anos em tramitação.

A importância da Justiça do país em acabar com o preconceito em relação à adoção de crianças por estrangeiros foi outro tema destacado no Encontro.

Um projeto apresentado por uma operadora de telefonia com vistas à criação do "oficial de justiça online" chamou a atenção do magistrado que representou o corregedor Antonio Guerreiro Júnior no evento.



► Representantes das Corregedorias no 55º ENCOGE.

INSTALAÇÃO DA 2ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS

O Poder Judiciário do Maranhão instalou, ontem (09/12), a 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (VEP), que vai fazer o acompanhamento e fiscalização do cumprimento da pena de condenados em regime aberto e dos que cumprem medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. A unidade funcionará na Rua das Sucupiras, quadra 47, Nº 31, no bairro Renascença. A Vara assumirá 1.668 processos em trâmite na 1ª VEP, sendo 1.188 processos físicos e 480 virtualizados. Atualmente, 23 comarcas do interior estão aptas a expedir a guia de execução virtual dos apenados residentes no interior que cumprem pena em São Luís.

Conforme a Lei Complementar que criou a unidade, a 2ª VEP terá competência para processar os feitos relativos ao regime aberto, penas e medidas alternativas; fiscalização e decisão dos incidentes no livramento ou indulto condicionais; sursis (suspensão condicional da pena); correições em estabelecimentos prisionais para presos provisórios e de regime aberto e habeas corpus. A 1ª Vara fica com a competência para os regimes fechado e semi-aberto, correições de presídios e habeas corpus.

DENÚNCIA REJEITADA

O TJ-MA rejeitou, por unanimidade, nesta quinta-feira, 9, denúncia oferecida pelo MP contra o prefeito de Apicum-Açu, Sebastião Monteiro. Ele era acusado de desobedecer ordens judiciais para reintegração de nove servidores demitidos, o que caracterizaria crime de responsabilidade.

Tribunal de Justiça rejeita denúncia contra prefeito de Apicum-Açu

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) rejeitou, por unanimidade, ontem, 9, denúncia oferecida pelo Ministério Público (MPE) contra o prefeito do município de Apicum-Açu, Sebastião Lopes Monteiro. Ele era acusado de desobedecer ordens judiciais para reintegração de nove servidores demitidos, o que caracterizaria crime de responsabilidade.

O entendimento da câmara e da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) foi de que o crime de desobediência não fica configurado quando há previsão de sanção específica: em caso de descumprimento da ordem judicial, salvo quando a norma admitir. Em seu parecer, a procuradora de justiça Regina Costa Leite observou que os juízes que atuaram no caso impuseram multa, tanto nas decisões liminares quanto nas de mérito.

O relator, desembargador Raimundo Nonato de Souza, ressaltou que, havendo multa, não há porque punir o prefeito duas vezes. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Maria dos Remédios Bua também votaram pela rejeição.

DENÚNCIA - A denúncia do MPE relata que o prefeito só reintegrou os servidores depois de intimado pela segunda vez, com ordem de cumprimento no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária. Acrescenta que, dois

meses depois, Monteiro exonerou novamente os autores das ações contra a prefeitura, e não reconsiderou seu ato, mesmo depois de intimado da sentença de mérito.

Notificado pelo relator do processo, o prefeito, por intermédio de seu advogado, alegou dificuldades decorrentes da administração anterior. Informou que o município, com cerca de dez mil habitantes, mantinha mil funcionários em sua folha de pagamento, 80% dos quais supostamente sem concurso público, e disse ter constatado, por meio de recadastramento, que muitos funcionários jamais haviam prestado serviços à prefeitura. Argumentou não ter cumprido de imediato as ordens porque ajuizou recursos.

O parecer da PGJ, ratificado na sessão pelo procurador de justiça Krishnamurti França, afirma que uma conclusão prematura levaria a crer que o prefeito cometeu o crime. Porém, a jurisprudência nos tribunais é de que, para configuração do delito de desobediência, não basta somente o não cumprimento de uma ordem judicial; é indispensável que não exista a previsão de sanção específica. No caso, houve multa imposta pelos juízes. Por outro lado, acrescenta que documentos anexados aos autos pela defesa de Monteiro demonstram o cumprimento das ordens judiciais.

Polícia prende foragido da justiça em Paulo Ramos

Policiais Militares recapturaram, na manhã de ontem (9), no Povoado Lago Verde, zona rural do município de Paulo Ramos, o sentenciado por tentativa de latrocínio e foragido da Justiça Edenilson Santos Lopes, 25 anos.

No momento da prisão, os policiais encontraram em poder do elemento, um revólver marca Taurus, calibre 32, municiado com seis cartuchos intactos. Ele foi levado para a Delegacia, onde prestou depoimento e foi, também, autuado por posse ilegal de arma de fogo.

Jovem é preso acusado por assalto a posto de combustível

Em São Luís, a Polícia Militar prendeu Rálison de Jesus Santos, conhecido como "De menor", de 24 anos, morador do bairro da Liberdade. Ele foi preso por mandado de prisão da Justiça por assalto a um posto de combustível na Camboa. Ele foi autuado em flagrante no Plantão de Polícia da Beira-Mar. A polícia investiga, agora, outro homem que conseguiu escapar do cerco policial, conhecido como "Márflei", que está foragido e deve ser preso a qualquer momento.

Polícia prende fugitivo da penitenciária de Pedrinhas

PÁGINA 10

Polícia prende fugitivo da penitenciária de Pedrinhas

A Polícia Civil do Maranhão prendeu na quarta-feira (8), o agricultor Geraldo Neto Ferreira da Conceição, 34 anos. Geraldo é fugitivo da Penitenciária de Pedrinhas, de São Luís. Em 1997, o agricultor assassinou um homem a facadas na cidade de Caxias. O crime teria sido motivado como vingança à morte de seu irmão.

Geraldo Neto foi encaminhado para o 1º DP de Timon, de onde deve ser enviado para a Penitenciária de Pedrinhas. O delegado Michel Sampaio informou que o fugitivo deve ter infringido algum trâmite no livramento condicional.

O delegado acredita que o preso, por ser analfabeto, não deve ter informado que muda-



Geraldo Neto Ferreira ria de cidade ao juiz da comarca. Como os trâmites não foram cumpridos, o preso voltará ao regime semiaberto.

JUSTIÇA

Novo juiz de São Vicente Férrer toma posse

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon deu posse, nesta quinta-feira, 9, em seu gabinete, ao juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, novo titular da comarca de S. Vicente Férrer, pelo critério de merecimento, cuja remoção foi aprovada em sessão plenária administrativa do dia 1º de dezembro.

O magistrado era titular da comarca de São

Domingos do Azeitão, e passa a ocupar a vaga aberta em decorrência da remoção da juíza Denise Pedrosa Torres Dias, para a Comarca de Penalva.

Nascimento iniciou na magistratura no ano de 2009, quando foi titularizado em São Domingos do Azeitão. "A comarca está saneada; o quadro de servidores está praticamente completo, e o movimento processual é de aproxi-

madamente 500 processos", informou o magistrado sobre a sua comarca de origem.

O presidente Jamil Gedeon disse que, fica a cargo da Corregedoria, designar o novo juiz para a comarca de São Domingos do Azeitão. Após, será aberto processo de titularização.

CRIME DE RESPONSABILIDADE

Tribunal rejeita denúncia contra prefeito de Apicum-Açu

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) rejeitou, por unanimidade, ontem, quinta-feira, 9, denúncia oferecida pelo Ministério Público (MPE) contra o prefeito do município de Apicum-Açu, Sebastião Lopes Monteiro. Ele era acusado de desobedecer ordens judiciais para reintegração de nove servidores demitidos, o que caracterizaria crime de responsabilidade.

O entendimento da câmara e da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) foi de que o crime de desobediência não fica configurado quando há previsão de sanção específica em caso de descumprimento da ordem judicial, salvo quando a norma admitir. Em seu parecer, a procuradora de justiça Regina Costa Leite observou que os juízes que atuaram no caso impuseram multa, tanto nas decisões liminares quanto nas de mérito.

O relator, desembargador Raimundo Nonato de Sou-

za, ressaltou que, havendo multa, não há porque punir o prefeito duas vezes. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Maria dos Remédios Buna também votaram pela rejeição.

DENÚNCIA - A denúncia do MPE relata que o prefeito só reintegrou os servidores depois de intimado pela segunda vez, com ordem de cumprimento no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária. Acrescenta que, dois meses depois, Monteiro exonerou novamente os autores das ações contra a prefeitura, e não reconsiderou seu ato, mesmo depois de intimado da sentença de mérito.

Notificado pelo relator do processo, o prefeito, por intermédio de seu advogado, alegou dificuldades decorrentes da administração anterior. Informou que o município, com cerca de dez mil habitantes, mantinha mil funcionários em sua folha de pagamento, 80% dos quais supostamente sem concurso público, e disse

ter constatado, por meio de recadastramento, que muitos funcionários jamais haviam prestado serviços à prefeitura. Argumentou não ter cumprido de imediato as ordens porque ajuizou recursos.

O parecer da PGJ, ratificado na sessão pelo procurador de justiça Krishnamurti França, afirma que uma conclusão prematura levaria a crer que o prefeito cometeu o crime. Porém, a jurisprudência nos tribunais é de que, para configuração do delito de desobediência, não basta somente o não cumprimento de uma ordem judicial; é indispensável que não exista a previsão de sanção específica. No caso, houve multa imposta pelos juízes. Por outro lado, acrescenta que documentos anexados aos autos pela defesa de Monteiro demonstram o cumprimento das ordens judiciais.

TENTATIVA DE LATROCÍNIO

Foragido da Justiça volta às grades em Paulo Ramos

Policiais Militares recapturaram, na manhã de ontem, quinta-feira, 9, no Povoado Lago Verde, zona rural do município de Paulo Ramos, o sentenciado por tentativa de latrocí-

nio e foragido da Justiça Edenilson Santos Lopes, 25 anos.

No momento da prisão, os policiais encontraram em poder do elemento, um revólver marca Taurus, calibre

32, municiado com seis cartuchos intactos. Ele foi levado para a Delegacia, onde prestou depoimento e foi, também, autuado por posse ilegal de arma de fogo.

AMANHÃ

Corregedoria e Juizados entregam cestas e doações

Os três Juizados Especiais Criminais de São Luís realizam amanhã, sábado, 11, a partir das 9 horas, no salão do júri do Fórum do Calhau, ação social voltada à distribuição de centenas de cestas básicas, cadeiras de rodas e recursos para a compra de material de construção a 34 entidades. É prevista a entrega de 2,5 toneladas de alimentos.

O evento é uma iniciativa conjunta da Corregedoria Geral da Justiça e da Coordenação de Juizados Especiais e tem como principal objetivo promover maior aproximação entre a sociedade e a justiça, destaca o corregedor e presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Antonio Guerreiro Júnior.

O Asilo de Mendicidade de São Luís é uma das instituições contempladas. Miguel Arcanjo Rabelo, presidente da entidade, mostra-se satisfeito com a ação "Esta parceria entre a justiça e

as instituições é de suma importância, e os resultados são incalculáveis", destaca. O asilo foi fundado em 21 de abril de 1919 e funciona à Rua das Paparaúbas, s/n (São Francisco).

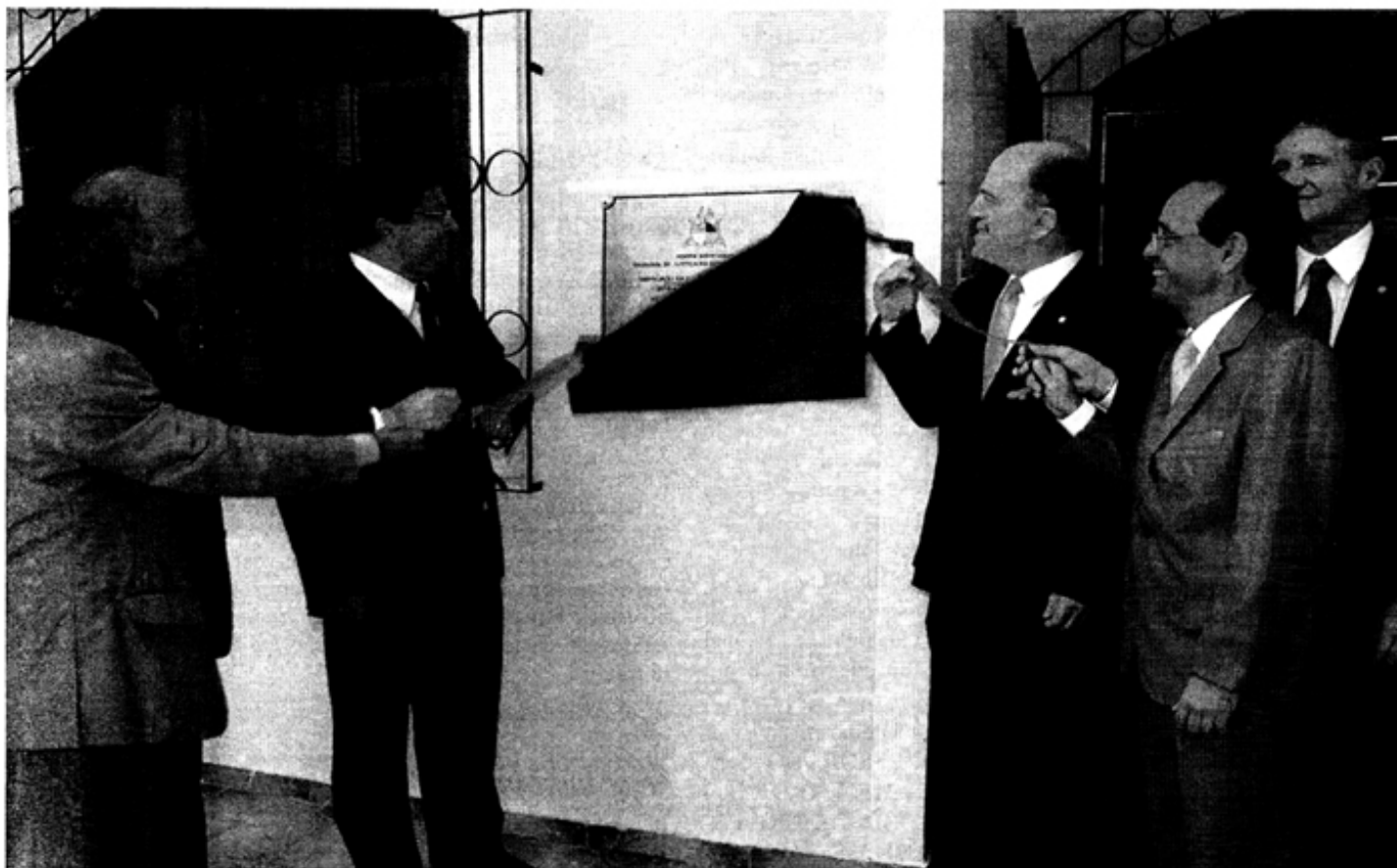
O juiz titular do 1º Juizado Especial Criminal, Lucas da Costa Ribeiro Neto, diz que não se considera "arrecadador de alimentos e de cadeiras de rodas" e explica que as doações resultam de transações criminais envolvendo crimes de menor potencial ofensivo.

Nesses casos, para que o feito não tenha continuidade, a justiça e o autor entram em acordo sobre o pagamento de multa pecuniária (um exemplo é a doação de cestas básicas) ou ocorre a prestação de serviços à comunidade.

"Sinto-me útil em poder contribuir para a satisfação dessas pessoas, procurando suprir, ao menos em parte, suas necessidades", enfatiza o magistrado.

CIDADE

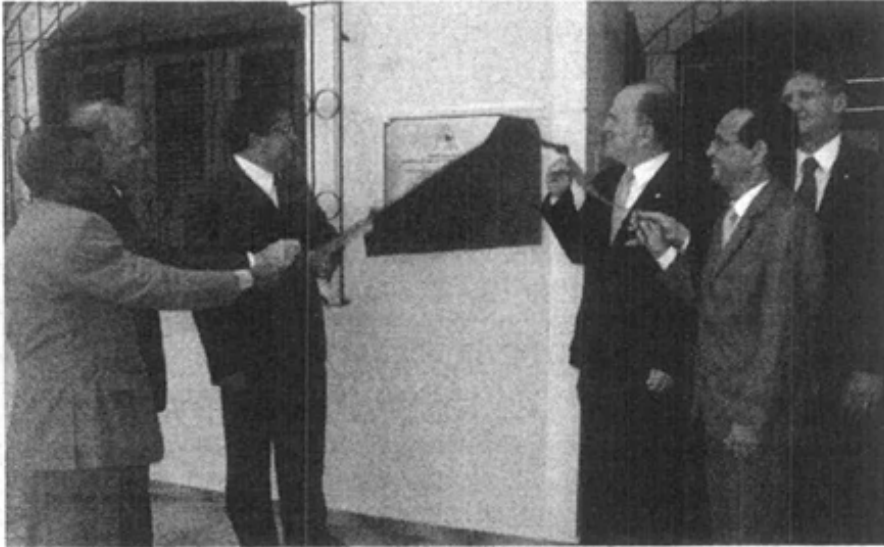
Judiciário instala 2ª Vara de Execução Penal de São Luís



O Poder Judiciário do Maranhão instalou, ontem, quinta-feira, 9, a 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (VEP), que vai fazer o acompanhamento e fiscalização do cumprimento da pena de condenados em regime aberto e dos que cumprem medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. A unidade funcionará na Rua das Sucupiras, quadra 47, Nº 31, no bairro Renascença. A Vara assumirá 1.668 processos em trâmite na 1ª VEP, sendo 1.188 processos físicos e 480 virtualizados. Atualmente, 23 comarcas do interior estão aptas a expedir a guia de execução virtual dos apenados residentes no interior que cumprem pena em São Luís. **PAG.06**

ACOMPANHAMENTO

Judiciário instala 2ª Vara de Execução Penal de São Luís



Solenidade de instalação da 2ª Vara de Execução Penal

O Poder Judiciário do Maranhão instalou, ontem, quinta-feira, 9, a 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (VEP), que vai fazer o acompanhamento e fiscalização do cumprimento da pena de condenados em regime aberto e dos que cumprem medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. A unidade funcionará na Rua das Supupiras, quadra 47, Nº 31, no bairro Renascença.

A Vara assumirá 1.668 processos em trâmite na 1ª VEP, sendo 1.188 processos físicos e 480 virtualizados. Atualmente, 23 comarcas do interior estão aptas a expedir a guia de execução virtual dos apenados residentes no interior que cumprem pena em São Luís.

Conforme a Lei Complementar que criou a uni-

dade, a 2ª VEP terá competência para processar os feitos relativos ao regime aberto, penas e medidas alternativas; fiscalização e decisão dos incidentes no livramento ou indulto condicionais; sursis (suspensão condicional da pena); correições em estabelecimentos prisionais para presos provisórios e de regime aberto e habeas corpus. A 1ª Vara fica com a competência para os regimes fechado e semi-aberto, correições de presídios e habeas corpus.

Na instalação, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, citou ações do Judiciário para resolver os problemas do sistema carcerário. "Temos consciência de que não é somente através de mutirões que resolveremos estas questões. O Maranhão é pioneiro na instalação de

um Núcleo de Advocacia Voluntária dentro da penitenciária. Criamos também um Grupo de Monitoramento e Acompanhamento do Sistema Carcerário, coordenado pelo desembargador Froz Sobrinho", destacou.

REESTRUTURAÇÃO

- O presidente anunciou novas instalações de unidades judiciárias que integram o programa de reestruturação da justiça de 1º grau. Nesta sexta-feira, (10), o TJMA entregará o novo Fórum da Comarca de Maraçumé. No dia 15 de dezembro será instalada, às 17h, a 3ª Vara Cível do município de São José de Ribamar. A comarca de Morros será instalada no 16 de dezembro, às 10 h.

O diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Airton Michels, avaliou que a nova VEP permitirá ao Maranhão uma prática penal mais moderna e eficiente. "Nenhuma demanda de serviço público tem exigido tanto quanto a questão prisional no Brasil. Há 20 anos, eram 90.000 presos no país. A população prisional aumentou 400%. O ano deve fechar com 500.000 encarcerados", calculou.

Segundo o Secretário de Segurança Pública, Aloísio

Mendes, a instalação da 2ª Vara de Execuções Penais significa um grande avanço na resolução do problema carcerário no Maranhão, porque trará maior agilidade no julgamento dos processos, reduzindo a superlotação nas penitenciárias do estado.

Para o desembargador Froz Sobrinho, a nova VEP vai somar em estrutura física e de pessoal ao trabalho já realizado pela primeira Vara. "A es-

trutura de atendimento da Justiça será duplicada, proporcionando mais controle e efetividade aos processos", ressaltou.

O juiz Douglas Martins, que responde temporariamente pela vara, até a designação de juiz titular pela Corregedoria, destacou que o TJMA tomou a decisão política de dar atenção à Justiça Criminal e priorizou a instalação da Vara de Execução, uma das primeiras virtuais do país.

Presentes na solenidade, o ouvidor-geral do TJMA, desembargador José Bernardo Rodrigues; a diretora do Fórum de São Luís, juíza Alice Prazeres Rodrigues; o juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Kléber Carvalho, representando o desembargador Guerreiro Júnior; o juiz auxiliar da presidência, Raimundo Bogéa; e o juiz Jamil Aguiar, da 1ª Vara de Execuções Penais.

Comarca inaugura novo Fórum em Maracaçumé

Sede da Justiça, cujo terreno foi doado pela Prefeitura, é climatizada, tem salas para juiz, assessor, secretário judicial, CPD, reunião e audiências

MARACAÇUMÉ - A Comarca de Maracaçumé inaugura hoje, às 11h, o novo prédio do Fórum, na Rua Bom Jesus, s/n, Centro. Na expectativa do titular da comarca, juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Meneses, a obra vai proporcionar melhor atendimento ao jurisdicionado e promover a integração entre sociedade e Judiciário. Para ele, o novo fórum significa a reafirmação do Poder Judiciário no local.

Com terreno doado pela Prefeitura, a sede da Justiça, 100% gradeada e climatizada, conforme o magistrado descreve, tem salas para juiz, assessor, secretário judicial, Centro de Processamento de Dados (CPD), reunião e distribuição e sala de audiências.

Nas salas destinadas ao Juizado Especial e Secretaria Judicial há bancadas de granito. O fórum conta ainda com recepção, banheiros masculino e feminino, copa, depósito, arquivo e um poço artesiano com 60 m de profundidade.

O acesso a portadores de necessidades especiais é garantido por rampa de acesso.

Há, também, banheiro especial para cadeirantes.

Um anexo comporta salão do júri com capacidade para cerca de 100 pessoas, salas para réus e Conselho de Sentença e outras duas salas para testemunhas de defesa e de acusação. Uma copa faz parte da estrutura do anexo.

Equipamentos de informática e mobiliário novos foram providenciados para o Fórum, que dispõe de estacionamento dentro do terreno.

Processos - Com quadro de dois oficiais de Justiça, três técnicos judiciários, dois auxiliares, assessor e secretário judicial, Maracaçumé tem cerca de 2000 processos em tramitação. A média mensal de distribuição é de 150 a 160 feitos.

Para o juiz Paulo Roberto de Meneses, os números justificam a criação de outra vara. A necessidade foi constatada pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, José Jorge Figueiredo dos Anjos, em correição realizada na comarca em outubro.

Em função desse registro no relatório correicional, o corregedor-geral da Justiça, Antonio

Guerreiro Júnior, enviou ofício à presidência do Tribunal de Justiça sugerindo a criação da segunda vara da comarca.

Para reforçar a necessidade, o juiz está fazendo um estudo da movimentação processual na comarca a partir de 2006. Caso seja criada a nova vara, o prédio que está sendo inaugurado comportaria a unidade judicial, o que implica em menos custos.

Mais

Com cerca de 50 mil habitantes, Maracaçumé tem quatro termos judiciários: Centro Novo do Maranhão, Junco do Maranhão, Amapá do Maranhão e Boa Vista do Gurupi. Só Maracaçumé tem aproximadamente 19 mil habitantes.



Paulo de Meneses diz que prédio proporcionará melhor atendimento

- **Empossado** ontem o novo juiz titular da Comarca de São Vicente Férrer, Gustavo Azevedo do Nascimento chegou ao posto por merecimento.

Decisão

A pedido do Ministério Público, a Justiça determinou o afastamento imediato do prefeito de Cajapió, Francisco Xavier Silva Neto, mais conhecido por “Chico da Cerâmica”.

A decisão foi proferida pela juíza da Comarca de São Vicente Férrer, Elaile Carvalho, acolhendo denúncia de prática de improbidade administrativa feita pelo promotor João José e Silva Veras.

Chico da Cerâmica diz que a acusação é injusta.

Editorial

Reeleição ressuscitada

A Assembléia Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição estabelecendo que a partir de agora a Mesa Diretora da Casa pode pleitear a reeleição. A mudança restaura a regra mantida até quatro anos atrás, quando, num arroubo de política e institucional, extinguiu o dispositivo que mantinha a regra e determinou que os membros da Mesa só poderiam pleitear outro cargo dentro da mesma legislatura.

O argumento usado pelo autor da proposta, deputado Carlos Alberto Milhomem (DEM), é o de que a proibição de renovação de mandato por parte da Mesa Diretora é uma regra atrasada, arbitrária e incompatível com a realidade institucional que predomina no país. Para ele, se o governador pode pleitear a reeleição para o comando do Poder Executivo e se o desembargador-presidente também dispõe dessa prerrogativa. Portanto, não faz sentido impedir o comando do Poder Legislativo de se submeter ao crivo dos seus pares para continuar ou não nos cargos.

Os argumentos são ao mesmo tempo verdadeiros e controvertidos. Para começar, não há como comparar os três Poderes, principalmente nesse particular. O governador do

estado é só e não divide suas prerrogativas com ninguém, segundo reza a própria Constituição. O Poder Judiciário é um colegiado de membros que não renovam seus mandatos por serem eles vitalícios, e a escolha da direção

obedece a um rodízio baseado em regras rígidas. Já o Poder Legislativo é um colegiado de 42 membros emanados das urnas, com prerrogativas

iguais e cujo mandato é de quatro anos, não fazendo muito sentido o mecanismo da reeleição.

A Assembléia Legislativa tem, sim, o direito e o poder de alterar as regras para a escolha dos seus dirigentes. O que soa estranho é que há menos de quatro anos os deputados decidiram negar a membros da Mesa Diretora o direito à reeleição. E o fez com um discurso que incluía argumentos como a "moralidade", e hoje volta atrás como se nada do que fora decidido tivesse alguma importância. Agora, reeleição da Mesa da Assembléia não afeta a moralidade, mas significa a modernidade.

É de se esperar que essa decisão seja definitiva e que o parlamento maranhense a transforme numa tradição consolidada, de modo que o cidadão a tenha como fato consumado e compreenda perfeitamente a sua existência.

A Assembléia Legislativa tem, sim, o direito e o poder de alterar as regras para a escolha dos seus dirigentes

TJ suspende recurso e Cemar terá de cumprir lei

Energia elétrica não poderá ser cortada nos fins de semana, véspera e feriados

IMPERATRIZ - O presidente da Câmara de Vereadores de Imperatriz, Hamilton Miranda de Andrade, informou ontem que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) suspendeu a ação que tramitava na Vara da Fazenda Pública, da Comarca de Imperatriz, ajuizada pela Companhia Energética do Maranhão (Cemar), que questionava a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.075/03 – que dispõe sobre a proibição do corte de fornecimento de água e luz, às

sextas-feiras, sábados, domingos, vésperas e feriados.

O procurador-geral do município, Gilson Ramalho de Lima, explicou que o Município interpôs recurso no Tribunal de Justiça do Maranhão (agravo de instrumento, sob o nº 026474-2010), visando suspender a antecipação dos efeitos da tutela lavrada pela Vara da Fazenda Pública de Imperatriz.

“Em segunda instância conseguimos provimento favorável, validando a Lei Municipal nº 1.075/03”, informou Gilson Ramalho.

O desembargador Stélio Muniz, relator do processo, atestou no despacho que “a matéria é de fácil entendimento, posto que não

haja quem discuta que o controle da constitucionalidade, neste caso, por ter efeito *erga omnes*, e não particularizado, deve ser concentrado, com observância, entre outros aspectos, da legitimidade ativa e do princípio da reserva de plenário, consagrado, até mesmo, na súmula vinculante nº 10 [1] do Supremo Tribunal Federal”.

Decisão - O desembargador decidiu que, “por força do contido no § 1º-A, do artigo 557 [2] do Código de Processo Civil dou imediato e integral provimento ao recurso nos termos em que foi requerido, com a conseqüente extinção do feito de origem, sem resolução do mérito”.

Servidores promovem “O Natal das Crianças”

Os servidores da Corregedoria Geral da Justiça promovem a campanha “O Natal das Crianças”, com o objetivo de arrecadar doativos e presentes para meninos e meninas assistidos por instituições sociais, a exemplo da Casa Criança Feliz, mantida pela Fundação Antônio Jorge Dino e que abriga crianças em tratamento no Hospital Aldenora Bello.

As ofertas podem vir de servidores do Judiciário e da comunidade. Os doativos podem ser entregues no primeiro pavimento do prédio da Corregedoria, onde há caixas distintas para receber brinquedos e alimentos não-perecíveis.

Segundo os organizadores do Natal das Crianças, a campanha vai até o dia 24, quando será feita a entrega de brinquedos e produtos arrecadados. Os mais engajado no exercício da cidadania podem participar da entrega das doações.

Para a servidora do Judiciário Jodeilse Mafra, que contribuiu com cinco quilos de alimentos, o mais importante é participar da campanha e não o tamanho da doação. “É uma iniciativa interessante. Fazemos o bem sem olhar a quem, mas dá pra imaginar a reação de quem vai receber o benefício”, completou.

Sociedade civil cobra combate à corrupção

Entidades e instituições de 62 municípios cobraram ontem do MP, no Dia Internacional de Combate à Corrupção, o andamento de processos que denunciam atos de corrupção nas prefeituras do Maranhão. **Política 3**

Movimento cobra apuração de casos de corrupção

Representantes de entidades civis e instituições aproveitam Dia Internacional para reivindicar investigação de denúncias contra prefeitos

Carla Lima
Da editoria de Política

Trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, funcionários públicos e membros de entidades ligadas a movimentos sociais do interior do Maranhão estiveram ontem em São Luís, no Dia Internacional de Combate à Corrupção, para cobrar de órgãos fiscalizadores ações contra atos de corrupção em prefeituras de todo o estado.

Delegações de 62 municípios ligadas a entidades como a Cáritas Brasileira Regional do Maranhão, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Sem Terra (MST), redes e fóruns de Cidadania, Central de Trabalhadores do Brasil (CTB) e Sinproesemma participaram em São Luís de atos para chamar a atenção de órgãos fiscalizadores e também da sociedade para os problemas de corrupção em prefeituras de cidades maranhenses.

Logo cedo da manhã, por volta das 7h30, os 500 participantes das delegações saíram do retorno do Tirirical em caminhada em direção ao Parque Folclórico da Vila Palmeira, onde aconteceu o ato de abertura da II Marcha do Povo contra a Corrupção e pela Vida. Em seguida, eles continuaram a cami-

nhada até a Procuradoria Geral de Justiça.

Processos - No Ministério Público Estadual, a comissão foi recebida pelo secretário de Assuntos Institucionais, Marco Aurélio Ramos Fonseca. Os manifestantes foram cobrar no MP o andamento de processos contra prefeitos maranhenses entregues na I Marcha, em junho deste ano.

"Nos explicaram que o processo que levamos denunciando atos de corrupção em várias cidades do Maranhão foram transformados em mais 100 e distribuídos pelas comarcas responsáveis para que os promotores investiguem e denunciem os casos oficialmente na justiça", informou João Maria Van Damme, um dos coordenadores da manifestação. Depois desse ato, os manifestantes se dirigiram ao Ministério Público Federal para denunciar chefes de executivos municipais pela má administração do dinheiro público.

Os membros das delegações participaram também de reunião no auditório da OAB para iniciar um ato contra os prefeitos considerados corruptos e criar o Observatório da Justiça e Cidadania do Estado do Maranhão, que é um desdobramento do Tribunal Popular do Judiciário.

Flora Dolores



O presidente do TJ, Jamil Gedeon, destaca a importância da 2ª Vara para a rapidez nos julgamentos

TJ inaugura a 2ª Vara de Execuções Penais

Órgão acompanhará e fiscalizará o cumprimento de penas por condenados. Segundo o presidente do TJ, Jamil Gedeon, a 2ª Vara desafogará a demanda de processos da 1ª. **Geral C5**

2ª Vara de Execuções é inaugurada

O novo órgão acompanhará o cumprimento de penas e medidas alternativas de crimes menores

Thamirys D'Eça
Da equipe de **O Estado**

O Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral de Justiça inauguraram no fim da manhã de ontem a 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) "Penas e Medidas Alternativas", que irá fazer o acompanhamento e fiscalização do cumprimento de penas de condenados em regime aberto e dos que cumprem medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. A solenidade foi acompanhada por várias autoridades do Poder Judiciário.

A instalação da 2ª VEP foi aplicada por meio da Lei Complementar 131, de junho deste ano. Nela, ficou estabelecido que a unidade terá competência para processar os feitos relativos ao regime aberto, penas e medidas alternativas; fiscalização e decisão dos incidentes no livramento ou indulto de condicionais; sursis (suspensão condicional de pena); correções em estabelecimentos prisionais para presos provisórios e de regime aberto e habeas-corpus.

Os primeiros processos que serão incorporados pela 2ª VEP estavam em trâmite na 1ª. Agora, 1.668 serão de competência da nova unidade, sendo 1.188 físicos e 480 virtualizados. De acordo com o desembargador Froz Sobrinho, presidente do

Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, em pouco tempo todos os procedimentos serão digitalizados. "O trabalho não será só dividido. Irá suprir a demanda das execuções penais e somar na estrutura física e de pessoal", ressaltou.

Sonho - O presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, afirmou que a 2ª VEP receberá do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça servidores e recursos materiais disponíveis que se encontravam anteriormente alocados na 1ª VEP. "Montar toda essa estrutura foi

Maís

Atualmente, 23 comarcas do interior estão aptas a expedir a guia de execução virtual dos apenados residentes no interior que cumprem pena em São Luís para a nova VEP, que começou a funcionar em um imóvel alugado na Rua das Supupiras, quadra 47, número 31, Renascença.

um sonho. Foi fruto de muito estudo com juízes e viabilizado pelo Tribunal de Justiça. Estávamos muito preocupados com a situação carcerária do estado, e com a nova sede estamos evoluindo", destacou.

Segundo o titular da 1ª VEP de São Luís, Jamil Aguiar da Silva, disse que com a inauguração a 1ª Vara ficará responsável apenas por tramitações do regime fechado e semi-aberto, correções de presídios e habeas-corpus. "A demanda era muito grande e crescente, pois o número de crimes aumenta. Com a criação da 2ª Vara, a 1ª irá desafogar. Desde 2009 viemos pleiteando essa instalação e agora conseguimos", afirmou.

Atrasos - Para o secretário de Segurança do estado, Aluísio Mendes, a instalação irá contribuir para o melhor andamento do sistema carcerário. "A nova Vara irá incrementar o regime estadual. Vai reduzir os atrasos e agilizar em 100% os procedimentos, já que o sistema carcerário no Maranhão ainda precisa melhorar. Os atrasos são um dos seus agravantes", considerou.

Conforme Airtton Michels, diretor do Departamento Penal Nacional do Ministério da Justiça, o problema de alta demanda ocorre em todo o país. "Temos muitos apenados em todo o país e há superlotação nos presídios. Por isso, temos o desafio importante de atender a todos de maneira ágil, e essa Vara dará a sua contribuição", completou.



Flora Dolores

Jamil Gedeon, com autoridades do Judiciário, fala na inauguração da nova Vara de Execuções Penais

“

A instalação da 2ª VEP irá desafogar o sistema carcerário. Estamos criando uma nova postura de execução penal no estado”

Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça

O PODER Judiciário do Maranhão instalou, ontem, a 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (VEP), que vai fazer o acompanhamento e fiscalização do cumprimento da pena de condenados em regime aberto e dos que cumprem medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. A unidade funcionará no Renascença.

DIAGNÓSTICO DO TRABALHO ESCRAVO

O coordenador da Ong Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, fará, nesta sexta-feira (10), às 9h, em São Luís, palestra sobre o diagnóstico do trabalho escravo contemporâneo, seguido de debate sobre o assunto. Às 14h é a vez do juiz do TRT da 15ª Região (Campinas-SP), Marcus Meneses Barberino Mendes, falar sobre o suporte normativo e conceitual do combate ao trabalho escravo.

As palestras integram a programação da Oficina Sobre Trabalho Escravo que está sendo realizada desde quinta-feira (9), no auditório do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, no bairro Areinha. O evento reúne representantes do Judiciário federal e estadual, Polícias Federal e Rodoviária Federal, Ministério Público do Trabalho; além de juízes do Trabalho, auditores fiscais, professores, advogados e estudantes.

SERVIDORES DA CORREGEDORIA PROMOVEM CAMPANHA DE NATAL

Os servidores da Corregedoria Geral da Justiça promovem a campanha "O Natal das Crianças", com o objetivo de arrecadar donativos e presentes para crianças assistidas por instituições sociais, a exemplo da Casa Criança Feliz, mantida pela Fundação Antônio Jorge Dino e que abriga crianças em tratamento no Hospital Aldenora Bello.

As ofertas podem vir de servidores do Judiciário e da comunidade. No primeiro pavimento do prédio da Corregedoria há caixas para receber brinquedos e para alimentos não-perecíveis.

Segundo os organizadores, a campanha vai até o Natal, quando será feita a entrega de brinquedos e produtos arrecadados.

Comarca de Maracaçumé inaugura novo Fórum hoje

A Comarca de Maracaçumé inaugura hoje, às 11h, o novo prédio do Fórum (Rua Bom Jesus, s/n, Centro). Na expectativa do titular da comarca, juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, a obra, "a mais bonita da cidade", vai proporcionar melhor atendimento ao jurisdicionado e promover a integração entre sociedade e Judiciário. Para ele, o novo fórum significa "a reafirmação do Poder Judiciário na comarca".

Com terreno doado pela prefeitura, a sede da Justiça, "100% gradeada e climatizada", conforme o magistrado, conta com salas para juiz, assessor, secretário judicial, CPD, reunião e distribuição e sala de audiências.

Nas salas destinadas ao Juizado Especial e secretaria judicial há bancadas de granito. O fórum conta ainda com recepção, banheiros masculino e feminino, copa, depósito, arquivo e um poço artesiano com 60m de profundidade.

O acesso a portadores de necessidades especiais é garantido por rampa de acesso. Há, também, banheiro especial para cadeirantes.

Um anexo comporta salão do júri com capacidade para cerca de 100 pessoas, salas para réus e Conselho de Sentença e outras duas salas para testemunhas de defesa e de acusação. Uma copa faz parte da estrutura do anexo.

Equipamentos de informática e mobiliário novos foram providenciados para o Fórum, que dispõe de estacionamento dentro do terreno.

Processos – Com quadro de dois oficiais de justiça, três técnicos judiciários, dois auxiliares, assessor e secretário judicial, Maracaçumé tem cerca de 2000 processos em tramitação. A média mensal de distribuição é de 150 a 160 feitos.

Para o juiz Paulo Roberto Menezes, os números justificam

DIVULGAÇÃO



Juiz Paulo Roberto Brasil destacou a importância do Fórum para o Poder Judiciário

a criação de outra vara. A necessidade foi constatada pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, José Jorge Figueiredo dos Anjos, em correição realizada na comarca em outubro.

Em função desse registro no relatório correicional, o corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, enviou ofício à presidência do Tribunal de Justiça sugerindo a criação da segunda vara da comarca.

Para reforçar a necessidade, o juiz está fazendo um estudo da movimentação processual na comarca a partir de 2006.

Caso seja criada a nova vara, o prédio que está sendo inaugurado comportaria a unidade judicial, o que implica em menos custos.

Com cerca de 50 mil habitantes, Maracaçumé possui quatro termos judiciários: Centro Novo do Maranhão, Junco do Maranhão, Amapá do Maranhão e Boa Vista do Gurupi. Só Maracaçumé tem aproximadamente 19 mil habitantes.

Novo juiz de São Vicente Férrer toma posse no TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon deu posse ontem, em seu gabinete, ao juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, novo titular da comarca de S. Vicente Férrer, pelo critério de merecimento, cuja remoção foi aprovada em sessão plenária administrativa do dia 1º de dezembro.

O magistrado era titular da comarca de São Domingos do Azeitão, e passa a ocupar a vaga aberta em decorrência da remoção da juíza Denise Pedrosa Torres Dias, para a Comarca de Penalva.

Nascimento iniciou na magistratura no ano de 2009, quando foi titularizado em São Domingos do Azeitão. "A comarca está saneada; o quadro de servidores está praticamente completo, e o movimento processual é de aproximadamente 500 processos", informou o magistrado sobre a sua comarca de origem.

O presidente Jamil Gedeon disse que, fica a cargo da Corregedoria, designar o novo juiz para a comarca de São Domingos do Azeitão. Após, será aberto processo de titularização.

Tribunal de Justiça rejeita denúncia contra prefeito

PÁGINA 10 _____

Tribunal de Justiça rejeita denúncia contra prefeito de Apicum-Açu

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) rejeitou, por unanimidade, ontem, denúncia oferecida pelo Ministério Público (MPE) contra o prefeito do município de Apicum-Açu, Sebastião Lopes Monteiro. Ele era acusado de desobedecer ordens judiciais para reintegração de nove servidores demitidos, o que caracterizaria crime de responsabilidade.

O entendimento da câmara e da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) foi de que o crime de desobediência não fica configurado quando há previsão de sanção específica em caso de descumprimento da ordem judicial, salvo quando a norma admitir. Em seu parecer, a procuradora de justiça Regina Costa Leite observou que os juízes que atuaram no caso impuseram multa, tanto nas decisões liminares quanto nas de mérito.

O relator, desembargador Raimundo Nonato de Souza, ressaltou que, havendo multa, não há porque punir o prefeito duas vezes. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Maria dos Remédios Buna também votaram pela rejeição.

Denúncia – A denúncia do MPE relata que o prefeito só reintegrou os servidores depois de intimado pela segunda vez, com ordem de cumprimento no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária. Acrescenta que, dois meses

depois, Monteiro exonerou novamente os autores das ações contra a prefeitura, e não reconsiderou seu ato, mesmo depois de intimado da sentença de mérito.

Notificado pelo relator do processo, o prefeito, por intermédio de seu advogado, alegou dificuldades decorrentes da administração anterior. Informou que o município, com cerca de dez mil habitantes, mantinha mil funcionários em sua folha de pagamento, 80% dos quais supostamente sem concurso público, e disse ter constatado, por meio de recadastramento, que muitos funcionários jamais haviam prestado serviços à prefeitura. Argumentou não ter cumprido de imediato as ordens porque ajuizou recursos.

O parecer da PGJ, ratificado na sessão pelo procurador de justiça Krishnamurti França, afirma que uma conclusão prematura levaria a crer que o prefeito cometeu o crime. Porém, a jurisprudência nos tribunais é de que, para configuração do delito de desobediência, não basta somente o não cumprimento de uma ordem judicial; é indispensável que não exista a previsão de sanção específica. No caso, houve multa imposta pelos juízes. Por outro lado, acrescenta que documentos anexados aos autos pela defesa de Monteiro demonstram o cumprimento das ordens judiciais.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço desta sexta-feira vai para o juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, que comemora a inauguração do novo prédio da Comarca de Maracaçumé, na manhã de hoje. A obra vai proporcionar melhor atendimento ao jurisdicionado e promover a integração entre sociedade e Judiciário. Para o juiz Paulo Roberto, o novo fórum significa "a reafirmação do Poder Judiciário na comarca".

● O Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça confirmam série de eventos para este mês. A programação inclui a entrega de obras, instalação de comarcas e varas, casamentos comunitários e confraternizações natalinas. Já nesta sexta-feira, 10, às 8h, será inaugurado o novo fórum de Maracaçumé. No sábado, 11, às 9h, no Fórum do Calhau, a Corregedoria e os três Juizados Criminais da capital entregam 2,5 toneladas de alimentos a 34 entidades.

TJ e Corregedoria promovem série de eventos

O Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça confirmam série de eventos para este mês. A programação inclui a entrega de obras, instalação de comarcas e varas, casamentos comunitários e confraternizações natalinas. Já hoje, às 8h, será inaugurado o novo fórum de Maracaçumé.

Amanhã, às 9h, no Fórum do Calhau, a Corregedoria e os três Juizados Criminais da capital entregam 2,5 toneladas de alimentos a 34 entidades.

No dia 15, às 17h, será instalada a 3ª Vara da Comarca de São José de Ribamar.

Haverá dupla programação no dia 16. A instalação da Comarca de Morros, às 10h, e casamento comunitário em Olho d'Água das Cunhãs, às 16h.

A confraternização natalina da Corregedoria ocorrerá no dia 17. Dezembro terá novo casamento comunitário no dia 18, às 9h, na Comarca de Pinheiro.

Corregedoria e Juizados entregam cestas e doações a 34 entidades

Os três Juizados Especiais Criminais de São Luís realizam no sábado, 11, a partir das 9h, no salão do júri do Fórum do Calhau, ação social voltada à distribuição de centenas de cestas básicas, cadeiras de rodas e recursos para a compra de material de construção a 34 entidades. É prevista a entrega de 2,5 toneladas de alimentos.

O evento é uma iniciativa conjunta da Corregedoria Geral da Justiça e da Coordenação de Juizados Especiais e tem como principal objetivo promover maior aproximação entre a sociedade e a justiça, destaca o corregedor e presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Antonio Guerreiro Júnior.

O Asilo de Mendicidade de São Luís é uma das instituições contempladas. Miguel Arcanjo Rabelo, presidente da enti-

dade, mostra-se satisfeito com a ação "Esta parceria entre a justiça e as instituições é de suma importância, e os resultados são incalculáveis", destaca. O asilo foi fundado em 21 de abril de 1919 e funciona à Rua das Paparaúbas, s/n (São Francisco).

O juiz titular do 1º Juizado Especial Criminal, Lucas da Costa Ribeiro Neto, diz que não se considera "arrecadador de alimentos e de cadeiras de rodas" e explica que as doações resultam de transações criminais envolvendo crimes de menor potencial ofensivo.

Nesses casos, para que o feito não tenha continuidade, a justiça e o autor entram em acordo sobre o pagamento de multa pecuniária (um exemplo é a doação de cestas básicas) ou ocorre a prestação de serviços à comunidade.



Lucas Ribeiro, Guerreiro Júnior e a juíza Francisca Galiza estão à frente da ação social

Sociedade Civil marcha em SL contra a corrupção

PÁGINA 5 _____

Sociedade Civil marcha em São Luís contra a corrupção

2ª Marcha do Povo Contra a Corrupção e Pela Vida reuniu centenas de pessoas

POR JULY CAMILO

Aproximadamente 500 militantes e lideranças de movimentos sociais, sindicais e religiosos de diversas regiões do Maranhão se reuniram ontem em São Luís para realizar a 2ª Marcha do Povo Contra a Corrupção e Pela Vida – a primeira aconteceu dias 22 e 23 de junho de 2010. A concentração teve início no Parque Folclórico da Vila Palmeira, por volta de 9h, e terminou na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Grande, Canto da Fabril, onde foi verificado o andamento da representação contra prefeitos inadimplentes, protocolada no órgão por ocasião da 1ª Marcha. Outros atos foram realizados no período da tarde, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) para marcar a data – Dia Internacional Contra a Corrupção.

Segundo o representante das Redes e Fóruns de Cidadania do Maranhão, o advogado Iriomar Teixeira, os participantes da 1ª Marcha do Povo Contra a Corrupção entregaram ao Ministério Público Estadual uma representação coletiva contra prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais inadimplentes junto ao Tribunal de Contas do Maranhão.

A representação pedia a condenação dos gestores e vereadores por crime de responsabilidade e falsidade ideológica. “Esse segundo momento vai servir não só para cobrar da Justiça um retorno referente à nossa representação, mas pedir à Procuradoria Geral da República a prisão preventiva do prefeito de Anajatu-

ba, Nilton da Silva Filho (PV), por desvio de recursos públicos. O esquema fraudulento foi descoberto após uma auditoria popular no município”, disse Iriomar.

O advogado relatou que a prestação de contas dos municípios deve acontecer sempre em abril do ano subsequente ao exercício anterior. Por exemplo, o prazo para a prestação de 2009 acabou em abril passado. Porém, segundo Iriomar, 90% dos prefeitos maranhenses não apresentam os dados à população. Ele citou os gestores de Miranda do Norte, São Mateus e Dom Pedro, entre outros.

“A procuradora-geral do Estado, Fátima Travassos, encaminhou ofícios aos promotores dos municípios, relatando sobre o andamento das ações protocoladas por nós. Entretanto, nada mais foi feito. Em Codó, por exemplo, a juíza mandou que o prefeito apresentasse a prestação de contas, e um desembargador, contrariando sua decisão, decidiu que o mesmo não era obrigado a fazer isso, contribuindo assim para a violação dos direitos do cidadão”, disse Iriomar.

O militante social José Carlos Silva, do município de Dom Pedro, afirmou que a corrupção é responsável pela fome, pela miséria, pela carência de atendimento à saúde, à educação e segurança, entre outras coisas. Ele afirmou ainda que ações efetivas de combate à corrupção por parte do Ministério Público devem ser cobradas com mais frequência.

“Na minha cidade, Dom Pedro, o problema não é só pela falta de compromisso da prefeitura, mas também do Judiciário, pois o juiz da comarca, Thales Ri-

beiro de Andrade, recentemente prendeu três militantes sociais de forma arbitrária e leviana, por conta de um ato público contra ele, diante do Fórum da cidade. No interior, excessos desse tipo são comuns e ninguém faz nada pra impedir”, lamentou Silva.

No início da tarde, os manifestantes estiveram reunidos com várias organizações sociais no auditório da OAB-MA, onde relataram casos de violação de direitos humanos no Maranhão. Na oportunidade, foi lançado o Observatório da Justiça e Cidadania do Estado do Maranhão, bem como a assinatura da Carta de Adesão pelas entidades participantes.



Alvos dos manifestantes são corruptos que se abrigam no Executivo, Legislativo e Judiciário

*Judiciário instala
2ª Vara de
Execução Penal
de São Luís*

PÁGINA 6

Judiciário instala 2ª Vara de Execução Penal de SL

O Poder Judiciário do Maranhão instalou ontem a 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (VEP), que vai fazer o acompanhamento e fiscalização do cumprimento da pena de condenados em regime aberto e dos que cumprem medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo. A unidade funcionará na Rua das Sucupiras, quadra 47, Nº 31, no bairro Renascença.

A Vara assumirá 1.668 processos em trâmite na 1ª VEP, sendo 1.188 processos físicos e 480 virtualizados. Atualmente, 23 comarcas do interior estão aptas a expedir a guia de execução virtual dos apenados residentes no interior que cumprem pena em São Luís.

Conforme a Lei Complementar que criou a unidade, a 2ª VEP terá competência para processar os feitos relativos ao regime aberto, penas e medidas alternativas; fiscalização e decisão dos incidentes no livramento ou indulto condicionais; sursis (suspensão condicional da pena); correições em estabelecimentos prisionais para presos provisórios e de regime aberto e habeas corpus. A 1ª Vara fica com a competência para os regimes fechado e semi-aberto, correições de presídios e habeas corpus.

Na instalação, o presidente do TJ-MA, desembargador Jamil Gedeon, citou ações do Judiciário

para resolver os problemas do sistema carcerário. "Temos consciência de que não é somente através de mutirões que resolveremos estas questões. O Maranhão é pioneiro na instalação de um Núcleo de Advocacia Voluntária dentro da penitenciária. Criamos também um Grupo de Monitoramento e Acompanhamento do Sistema Carcerário, coordenado pelo desembargador Froz Sobrinho", destacou.

Reestruturação – O presidente anunciou novas instalações de unidades judiciárias que integram o programa de reestruturação da justiça de 1º grau. Hoje, o TJ-MA entregará o novo Fórum da Comarca de Maracumé. No dia 15 de dezembro será instalada, às 17h, a 3ª Vara Cível do município de São José de Ribamar. A comarca de Morros será instalada no 16 de dezembro, às 10h.

O diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Airton Michels, avaliou que a nova VEP permitirá ao Maranhão uma prática penal mais moderna e eficiente. "Nenhuma demanda de serviço público tem exigido tanto quanto a questão prisional no Brasil. Há 20 anos, eram 90.000 presos no país. A população prisional aumentou 400%. O ano deve fechar com 500.000 encarcerados", calculou.

Segundo o Secretário de Se-

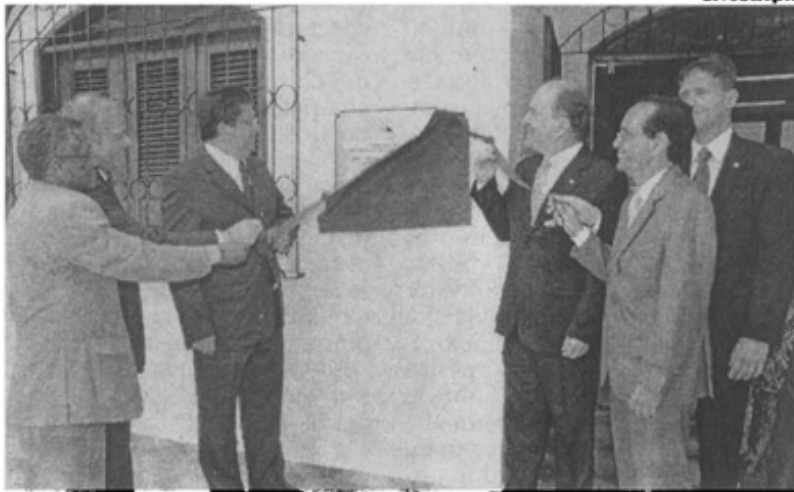
gurança Pública, Aloísio Mendes, a instalação da 2ª Vara de Execuções Penais significa um grande avanço na resolução do problema carcerário no Maranhão, porque trará maior agilidade no julgamento dos processos, reduzindo a superlotação nas penitenciárias do estado.

Para o desembargador Froz Sobrinho, a nova VEP vai somar em estrutura física e de pessoal ao trabalho já realizado pela primeira Vara. "A estrutura de atendimento da Justiça será duplicada, proporcionando mais controle e efetividade aos processos", ressaltou.

O juiz Douglas Martins, que responde temporariamente pela vara, até a designação de juiz titular pela Corregedoria, destacou que o TJMA tomou a decisão política de dar atenção à Justiça Criminal e priorizou a instalação da Vara de Execução, uma das primeiras virtuais do país.

Presentes na solenidade, o ouvidor-geral do TJ-MA, desembargador José Bernardo Rodrigues; a diretora do Fórum de São Luís, juíza Alice Prazeres Rodrigues; o juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Kléber Carvalho, representando o desembargador Guerreiro Júnior; o juiz auxiliar da presidência, Raimundo Bogéa; e o juiz Jamil Aguiar, da 1ª Vara de Execuções Penais.

DIVULGAÇÃO



TJMA inaugura a 2ª Vara de Execuções Penais em São Luís

Prefeito de Apicum-Açu se livra dos promotores

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) rejeitou, por unanimidade, ontem, 9, denúncia oferecida pelo Ministério Público (MPE) contra o prefeito do município de Apicum-Açu, Sebastião Lopes Monteiro, durante sessão em São Luís. Ele era acusado de desobedecer ordens judiciais para reintegração de nove servidores demitidos, o que caracterizaria crime de responsabilidade. O entendimento da câmara e da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) foi de que o crime de desobediência não fica configurado quando há previsão de sanção específica em caso de descumprimento da ordem judicial, salvo quando a norma admitir.

CGU APURA, NÃO PUNE

Um auditor da Corregedoria Geral da União disse ontem que o órgão apenas apura as irregularidades cometidas por prefeitos. No caso de São Bento, onde foram apuradas mais de 400 ilegalidades, o auditor disse que tudo foi enviado para a Polícia Federal e Ministério Público, cabendo ao judiciário adotar as medidas punitivas, e isso, segundo ele, demora anos. A comunidade sanbentoense não ficou nada satisfeita com a explicação.

Fugitivo de Pedrinhas é preso em Timon

A Polícia Civil do Maranhão prendeu quarta-feira, 8, o agricultor Geraldo Neto Ferreira da Conceição, 34 anos. Geraldo é fugitivo da Penitenciária de Pedrinhas, de São Luís. Em 1997, o agricultor assassinou um homem a facadas na cidade de Caxias. O crime teria sido motivado como vingança à morte de seu irmão.

Geraldo Neto foi encaminhado para o 1º DP de Timon, de onde deve ser enviado para a Penitenciária de Pedrinhas. O delegado Michel Sampaio informou que o fugitivo deve ter infringido algum trâmite no livramento condicional.

O delegado acredita que o preso, por ser analfabeto, não deve ter informado que mudaria de cidade ao juiz da comarca.

Como os trâmites não foram cumpridos, o preso voltará ao regime semiaberto.

LAGO VERDE

Policiais Militares recapturaram, na manhã de ontem, Povoado Lago Verde, zona rural do município de Paulo Ramos, o sentenciado por tentativa de latrocínio e foragido da Justiça Edenilson Santos Lopes, 25 anos.

No momento da prisão, os policiais encontraram em poder do elemento, um revólver marca Taurus, calibre 32, municiado com seis cartuchos intactos. Ele foi levado para a Delegacia, onde prestou depoimento e foi, também, autuado por posse ilegal de arma de fogo.